

# OS ARQUIVOS DOS AÇORES E A HISTÓRIA: UMA ATUALIZAÇÃO DE ENUNCIADOS DE PROBLEMAS (1997-2017)

por  
RUTE DIAS GREGÓRIO \*

## INTRODUÇÃO

Os arquivos enquanto sistemas de informação<sup>1</sup>, nas suas diversas tipologias, formas, formatos e suportes, nas suas configurações de registo escrito, de imagem e som, mas que também se podem configurar em “objetos” numa definição mais ampla e complexa, continuam a ser a *matéria-prima* da História.

Não que a sua principal função, à nascença, seja garantir o conhecimento e a produção historiográfica futura, porque todos os arquivos são, em primeiro lugar, informação resultante da existência e da atividade da entidade que o produz e, em segundo lugar, nascem com uma natureza e perfil *administrativo*, porque na sua origem servem funções de organização, gestão e administração dos respetivos produtores, sejam, estes, pessoas coletivas ou singulares, públicas ou privadas.

Não obstante, no seu importante e inquestionável registo de *memória*, principalmente na forma dos chamados arquivos definitivos ou “históricos” – como a velha terminologia continua a cristalizá-los no âmbito da historiografia (e não só!) –, a par de eventuais componentes de autenticidade e carácter probatório, continuam a ser o alicerce fundamental da interpretação e explicação historiográfica. Não por acaso, e à falta de melhor expressão, continua-se a vê-los como “laboratórios da história” (MENESES, 2001: 725).

---

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. CHAM – Centro de Humanidades FCSH/NOVA – UAc.

<sup>1</sup> Para maior fundamentação do conceito cf. entre outros, Silva & Ribeiro & Ramos & Real (2002): 39-40, 156-168, 213-217.

Ao trabalho perpetrado em arquivos, a autora deste artigo faz mais equivaler o que se designa por “trabalho de campo” noutras áreas científicas. Os laboratórios dos historiadores podem ser, e são-no também, os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação, o mundo virtual nas suas atuais e futuras formas, o mundo real no confronto com as evidências e traços/pegadas do tempo, mas localizam-se essencialmente nos gabinetes dos investigadores, quando a informação cruzada, comparada, explicada e reinterpretada assume novos sentidos e dá origem a um produto/indicador de projeto/pesquisa. Por isso o historiador tem múltiplos e dispersos laboratórios, cumpre uma imensidade de trabalhos de campo que não dependem apenas de si, que não pode controlar em absoluto, tudo em busca de um objeto de conhecimento que, apesar de correlacionado com o presente (e seu sustentáculo), teve uma existência distinta da atual e não pode mais ser reproduzido ou repetido numa experiência laboratorial.

Nos últimos anos, e não pretendendo um levantamento exaustivo para períodos muito anteriores ao ano 2000, foram publicados alguns textos com o intuito de refletir sobre os arquivos e a História dos e nos Açores, incidindo nas vertentes institucionais e documentais/informacionais, nas formas de organização da informação e, principalmente, nas questões nevrálgicas, para qualquer historiador, que são a difusão e o acesso à *matéria-prima* arquivística.

Entre as iniciativas conjuntas neste âmbito, destaque particular vai para o dossiê “Arquivo dos Açores” da revista *Arquipélago: História*, 2001, vol. V, com artigos de Avelino de Freitas de Meneses, José Damião Rodrigues, José Guilherme Reis Leite e Pedro Pacheco de Medeiros. Por sua vez, e como os mesmos autores registam, como pano de fundo deste dossiê estava o Seminário Internacional “Arquivos e Documentação Insular”, realizado na Horta em 1999, por iniciativa da então designada Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta, mas também outro Seminário Internacional, este no Funchal, “Documentação e arquivos insulares”, de 1997, da iniciativa do Centro de Estudos de História do Atlântico e com uma abrangência territorial mais ampla.

Assim, no dealbar do século XXI, as questões dos arquivos insulares constituíam móbil central de reflexão para alguns historiadores e profissionais dos arquivos regionais insulares (arquivos especializados ou centro de arquivos<sup>2</sup>),

---

<sup>2</sup> De acordo com a moderna terminologia da vulgarmente chamada “Escola do Porto”. Cf. Silva & Ribeiro & Ramos & Real, pp. 216-217.

promovendo, como diria Alberto Vieira, o seu “reencontro” (1997). Apesar desta prática ter desaparecido nos últimos anos nos Açores, a nível nacional continua a ter ecos e a desenvolver-se em seminários contínuos<sup>3</sup>, bem como em produção científica apreciável.

Tomando por referência os artigos produzidos sobre os arquivos nos e dos Açores, e incluindo também os textos do Seminário Internacional do Funchal, da autoria do já citado José Guilherme Reis Leite, de Elmiro Rocha e de Vanda Furtado Belém, como ponto de partida para uma abordagem que não se concluirá com este trabalho, neste artigo pretende-se fazer um ponto de situação entre o que 1997 e 2001 se considerava essencial, em termos de arquivos, para o desenvolvimento da historiografia dos Açores, o que hoje em dia se tem alcançado e aquilo que o devir parece prenunciar.

## 1. OS PROBLEMAS ENUNCIADOS EM 1997-2001

Entre 1997 e 2001, como se vinha considerando, para além do que as introduções e as considerações metodológicas das dissertações, teses e artigos de História traziam a lume, a produção escrita específica sobre as problemáticas dos arquivos, na sua articulação com a produção historiográfica, enfocavam um conjunto de matérias, mais ou menos confluentes e unânimes, incidindo num conjunto de problemas que passaremos a elencar:

1. Em primeiro lugar, o problema colocado aos historiadores pela dispersão dos arquivos da Região Autónoma dos Açores, que não se circunscreviam aos integrados nas bibliotecas públicas, arquivos especializados sob a alçada da DRaC e sedeados em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, e antes se alargavam a detentores como as câmaras municipais, misericórdias, paróquias, empresas, famílias e outros serviços sob alçada pública (especificuem-se escolas e serviços de saúde, entre

---

<sup>3</sup> Destaque, muito particular para o Ciclo de Seminários “Arquivos & História”: estado(s) da(s) arte(s) (2016-2017), iniciativa do IEM, CHAM, IHC e TT, e cuja continuidade se assegura para um novo ciclo de 2017-2018. Disponível em: [http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/IEMActiv\\_2016\\_Arquivos\\_e\\_Hist%C3%B3ria\\_2016-17\\_programa\\_WEB.pdf](http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/IEMActiv_2016_Arquivos_e_Hist%C3%B3ria_2016-17_programa_WEB.pdf), mas também para *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas-redondas na Torre do Tombo* (2004). Lisboa: ANTT.

outros). O problema da dispersão agrava-se pelo facto de muitos arquivos com informação relativa aos Açores não se localizarem apenas no arquipélago, mas também em arquivos do continente e Madeira e em arquivos internacionais, particularmente em Espanha, França, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos (MENESES, 2001: 724; RODRIGUES, 2001: 734).

2. Em segundo lugar, a falta de tratamento técnico de muitos acervos e a relacionada inexistência de guias, catálogos, inventários, roteiros, que impedia ou prolongava inusitadamente os trabalhos (LEITE 2001: 761; RODRIGUES 2001: 736 e 740), quando não criava distintos critérios de acesso para os utilizadores. Neste sentido, basta confrontar as opiniões quando, em sentidos opostos, ora se elogia o esforço de alguns arquivistas de entidades públicas em disponibilizar o que ainda não está tratado (RODRIGUES, 2001: 736; MEDEIROS, 2001: 748), ora se almeja um acesso futuro a arquivos “impedidos” (MENESES, 2001: 726 e 730; LEITE, 1997: 23; LEITE, 2001: 761).
3. Em terceiro lugar, os problemas de conservação e de preservação do património arquivístico, por tanto tempo e em tantos casos secundarizado (MENESES, 2001: 725; RODRIGUES, 2001: 739 e 741-742; MEDEIROS, 2001: 755-756), mas também vistos como conflituantes com o acesso e a utilização.
4. Em quarto lugar, as questões da informatização do tratamento arquivístico, como da transferência de suportes. Utilizar as novas tecnologias com o intuito de tratar, divulgar, permitir o acesso e, até, conservar os originais por permitir o acesso a reproduções, eram então questões emergentes (LEITE, 1997: 25; ROCHA, 1997; BELÉM, 1997: 46; MENESES, 2001: 726).
5. Em quinto lugar, a questão da problemática seleção documental, por via da impossibilidade de tudo recolher/tudo ficar e da “diversidade do valor cultural”, a exigir um diálogo interdisciplinar (MENESES, 2001: 726-26).
6. Em sexto lugar, as más condições espaciais de acolhimento e depósito dos arquivos da Região, nomeadamente dos arquivos especializados (ou centros de arquivos)<sup>4</sup> de Angra do Heroísmo e da Horta, já que as novas instalações da recém-inaugurada Biblioteca Pública e Arquivo

---

<sup>4</sup> Cf. nota 2.

Regional de Ponta Delgada<sup>5</sup> inauguravam novos tempos. Associados a estas, a falta de recursos humanos especializados para o tratamento documental, situação débil nos Arquivos Regionais, mas francamente agravada noutras instituições públicas e privadas (MENESES, 2001: 730-731).

7. Em sétimo lugar, a situação geral e ainda mais pungente, dos arquivos não enquadrados nas estruturas regionais da cultura, como os das câmaras, das circunscrições eclesiásticas, das misericórdias, das empresas, das famílias (MENESES, 2001, 731; RODRIGUES, 2001: 736-738), mas também de outros serviços públicos em geral.
8. Em oitavo lugar, a falta de um enquadramento legal desenvolvido e apropriado à gestão e preservação dos arquivos da Região e a ausência, e/ou os problemas, de uma política arquivística regional (MENESES, 2001: 728-730 e 732; LEITE, 2001: 763-764; MEDEIROS, 2001: 752-756), que passaria pela já anunciada (e desejada) “rede regional de arquivos” (ROCHA, 1997: 42; MENESES, 2001: 729-730; MEDEIROS, 2001: 755).
9. Em nono lugar, a questão do serviço ao utilizador, imbrincada no respetivo perfil, que para os historiadores ainda se encerrava demasiado sobre si mesmos (MENESES, 2001: 727) e as suas próprias necessidades, mas que para os profissionais de arquivo e para as instituições detentoras ultrapassava, claramente e há muitos anos, em número e em incidências, este tipo específico de clientes. Utilizadores de arquivos são, em primeiro lugar, as respetivas instituições produtoras. Por outro lado, e como referia José Pereira da Costa, antigo diretor do Arquivo Regional da Madeira (antes distrital) recuando aos anos sessenta, também eram então, e são-no ainda hoje, utilizadores dos arquivos especializados ou centros de arquivos, os “estudiosos de outras áreas, juristas, economistas, médicos, arquitetos, engenheiros, políticos, etc. e grupos universitários” (COSTA, 1997: 12). Acrescentar-se-ia, ainda, mesmo em relação aos arquivos especializados, o cidadão comum em busca dos seus certificados e documentos probatórios (MEDEIROS, 2001: 749-750), relativos à propriedade, à partilha de bens, à ascendência e área de nascimento de familiares, etc.

---

<sup>5</sup> As novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada foram inauguradas em 21 de setembro de 2001. Cf., entre outros, *Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (1846-2016): 170 anos de serviço público. Catálogo da exposição* (2016), p. 19.

## 2. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS/INFORMAÇÕES

As situações/problemas levantados no ponto anterior, fruto da análise bibliográfica incidente sobre textos que vão de 1997 a 2001, sofreram algumas alterações nos últimos anos.

O primeiro problema, da dispersão de arquivos, não se alterou significativamente e, em termos físicos, institucionais ou de posse, nunca se irá alterar. Apenas o recurso às novas tecnologias da informação, poderá constituir parte da solução como se constatará adiante, até porque não só a questão da centralização física dos arquivos já era vista como pouco “pacífica” nos estudos as que nos reportamos (RODRIGUES, 2001: 741), bem como até “indesejável” na conceção de outros (MENESES, 2001: 729).

A verdade é que o paradigma que, entre outros, concebe um modelo centralizador de arquivos, com expressão máxima nos chamados arquivos nacionais, nascidos da Revolução Francesa e da afirmação do Estado-Nação (SILVA, RIBEIRO, RAMOS & REAL, 2002: 100 e ss), segundo os especialistas, emite sinais de crise há muitos anos (RIBEIRO, 2002: 101), sendo incapaz de dar todas as repostas necessárias à gestão e salvaguarda dos arquivos. A solução, hoje em dia, passará mais pela responsabilização das entidades produtoras no que toca ao tratamento e preservação da sua informação, a qual, na dita “sociedade da informação e do conhecimento”, só pode ser entendida como essencial no quadro do funcionamento e desenvolvimento normal das instituições e determinante em termos de *memória*. Neste contexto, a informação deve ser tratada quando é produzida e também quando “nasce” deve estar definido o seu “lugar” e futuro. Não é à posteriori e com intervenções de “resgate urgente” que os arquivos se conservam. É com planeamento e intervenção aquando da respetiva produção. Já no caso das entidades produtoras extintas, poderá então caber aos arquivos especializados ou centros de arquivos, ou até às entidades eventualmente herdeiras das funções das entidades entretanto extintas, assumir a responsabilidade pela preservação dessa informação.

É claro que esta não é uma questão fácil e entre a conceção teórica do modelo e a concretização prática vai uma distância apreciável. Não obstante, é preciso preparar a sociedade para o “novo” paradigma, visto que este se afigura como uma solução de futuro na medida em que toma o problema na sua origem e não protela as questões do tratamento e salvaguarda da informação para um tempo futuro e incerto.

Já quanto ao segundo problema apontado no ponto 2 deste artigo, o do tratamento técnico e o da produção e divulgação de instrumentos de acesso como catálogos, guias, inventários e roteiros, entre o concretizado nos últimos anos é de destacar, particularmente, o catálogo em linha integrado dos três arquivos regionais dos Açores, finalmente disponível desde 2012 (<http://www.arquivos.azores.gov.pt/>). Não que a importante disponibilização deste catálogo tenha implicado o tratamento integral de todos os acervos dos referidos arquivos especializados, mas tornou mais pública a informação sobre os mesmos. Aliás, também por ele se fica com uma ideia mais clara dos arquivos por tratar ou em tratamento, não se devendo dramatizar sempre, nem demasiado, a situação dos que aparecem etiquetados como “Não tratado arquivisticamente”. Por vezes, o que acontece com estes arquivos é não estarem descritos na íntegra, ou, em termos de tratamento técnico, não cumprirem todos os requisitos das normas internacionais hodiernas, porque tratados em épocas anteriores ou recorrendo a outro tipo de instrumentos menos especializados. Esta disponibilização de um catálogo em linha, que se atualiza à medida que os técnicos vão avançando nos seus trabalhos, deixou se ser conforme à referência incompreensível a guias de “uso interno” (MEDEIROS, 2011: 748), pelos quais o utilizador não “dava conta” ou só muito mais tarde vinha a saber da existência. Com este catálogo torna-se mais “transparente” o que se faz e o que consta dos depósitos dos chamados Arquivos Regionais, mesmo que o módulo de pesquisa não seja tão amigável ou intuitivo como se possa almejar.

Acresce que ao já conhecido *Guia dos Fundos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo*, de 1999, se juntou, entretanto, o *Guia de Fundos de arquivo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada* (PEREIRA, 2015), edição em linha, com a particular vantagem de remeter cada fundo para o respetivo *link* ativo do catálogo em linha. Vozes discordantes consideraram este último instrumento redundante e inútil. Fazendo eco da opinião de alguns utilizadores, incluindo a autora deste artigo, no quadro de um catálogo em linha integrado de três arquivos regionais e em face do ainda pouco amigável módulo de pesquisa, este instrumento não é, de todo, despiendo, antes pelo contrário, para quem quer incidir a pesquisa nos fundos arquivísticos da BPARPD.

No tocante a outros arquivos públicos, alguns também com funções de arquivos especializados/centros de arquivos, registe-se que o Arquivo da Presidência do Governo também já tem pronto o seu guia de fundos desde 2013,

em formato *e-book*, e que o Arquivo da Câmara Municipal da Ribeira Grande deu à estampa, já em 2005, o seu *Guia de fundos históricos*. Este mesmo arquivo municipal também disponibiliza os respetivos guias na página da Internet, bem como com dá conta e fornece formulário para pedidos de séries documentais digitalizadas<sup>6</sup>. Quanto ao Arquivo Municipal de Ponta Delgada, apenas tem ao dispor, em linha, as fichas de série Emigração, Atas, Obras Municipais e Contas de Gerência, bem como a ficha de fundo relativa ao Coliseu Micaelense<sup>7</sup>.

Entretanto, outros arquivos municipais têm disponíveis alguns levantamentos e listagens, mais ou menos atualizados, fruto de tratamentos técnicos mais ou menos desenvolvidos, os quais poderão disponibilizar por *e-mail* ou por correio, como aconteceu com a autora deste artigo. Estão, neste caso, os arquivos das Câmaras do Nordeste, da Praia da Vitória e das Velas (Arquivo João Gabriel de Ávila)<sup>8</sup> – este, com vária documentação digitalizada.

---

<sup>6</sup> Consultar sítio na Internet em: [http://cultura.cm-ribeiragrande.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1633%3Afundos-e-colecoes&catid=43&Itemid=182](http://cultura.cm-ribeiragrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1633%3Afundos-e-colecoes&catid=43&Itemid=182). A autora deste artigo já acedeu, naquele arquivo e há cerca de 8 a 10 anos, a CD's com Atas e Acórdãos, da CMRG, digitalizados. Igualmente, na referida página, se dá conta da digitalização de livros de receita e despesa da Câmara, bem como de plantas e projetos do Fundo Rego Lima e, ainda, de documentação camarária e da Administração do Concelho relativa à emigração. O Museu da Emigração Açoriana, localizado nesta cidade, regista também que tem ao dispor, dos utilizadores, “um sítio na internet onde podem ser pesquisados diferentes formas da história e investigação desta temática da emigração açoriana, como é o caso das fichas de emigrante ou os requerimentos de emigrante do século XIX” (in <http://www.ribeiragrande.pt/en/geo/museu-da-emigracao-a-orian/>). Não obstante, o sítio do Museu, para o qual a página da CMRG remete, não tem estado disponível em linha (<http://mea.cm-ribeiragrande.pt/>).

<sup>7</sup> Não se trata exatamente de um guia, nem de um catálogo, mas fornece algumas informações sobre a documentação disponível. Não obstante, a pesquisa desta informação passou um pouco despercebida à autora deste artigo, pois foi pelo esclarecimento dado pelo referido Arquivo, em resposta a solicitações por *e-mail*, que permitiu a localização da referida informação (disponível em: <http://www.cm-pontadelgada.pt/Site/FrontOffice/default.aspx?module=article/article&ismenu=1&id=1006&ismenu=1&menuleft=0&idterceironivel=308&idpai=164>).

<sup>8</sup> Os documentos disponibilizados para este artigo constituem uma listagem “temática” da documentação disponível no chamado Arquivo João Gabriel de Ávila e outra, em formato de tabelas, com a identificação da documentação digitalizada deste arquivo (datas extremas 588-1919), incluindo jornais de São Jorge (1871 a 1930, com números mais dispersos da década de noventa do século XX e alguns números da primeira década do século XXI). Em



O “Arquivo Municipal (Histórico)” da Câmara de Vila Franca do Campo, integrado na Biblioteca e Arquivo Municipal, tem disponível um guia que celementemente remeteu digitalizado, guia elaborado por Artur Teodoro de Matos em 1980, bem como uma listagem automatizada de duas páginas remetendo para eventual base dados/*links*(?) (datadas de 2016) de documentos compostos (livros) identificados, tratados e digitalizados, balizados entre 1600 e 1978<sup>9</sup>. No caso da Câmara da Lagoa, e depois de um pequeno projeto de levantamento, conservação preventiva e descrição que a autora deste artigo acompanhou em 2009-2010, somos informados de que o projeto tem atualmente continuidade. Já a Câmara da Horta remeteu para os acervos depositados na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça e informou não ter disponível “guias, inventários, catálogos e listagens gerais”, nos termos do ofício de 21.04.2017, ref. 1-52/01 – 5062. É verdade que algumas câmaras não nos deram resposta atempada e que a situação descrita em 2007 (Santos), a propósito dos arquivos municipais em São Miguel, continua a ser uma realidade. Não obstante, há que frisar os bons exemplos para motivar a continuidade e o aperfeiçoamento das ações.

Quanto ao Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, arquivo com um acervo importante em termos históricos, para este trabalho disponibilizou listagens gerais em ficheiros Excel “onde se inserem descritivos dos fundos históricos” referentes ao “fundo fechado, extinto, da Direção das Obras Públicas da então Junta Geral, bem como dos fundos relativos às anteriores orgânicas deste departamento governamental”, nos termos do ofício de 09.05.2017, ref. S-GSRTOP/207/20/MAC.

No tocante ao arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, registe-se que publicou o seu guia em 2012 (NUNES). A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada também tem já disponíveis vários ficheiros em

---

tempos, a autora deste artigo acedeu a uma base de dados em linha com documentação digitalizada deste arquivo, num acesso que se consegue recuar a 2008-2009 (<http://cm-velas.azores.digital.pt/>). Hoje em dia, este acesso não se deteta no sítio da respetiva Câmara Municipal.

<sup>9</sup> Em relação a esta última listagem, com registo do Código de Referência, do Identificador, do Título e das Datas extremas, percebe-se que há um tratamento técnico firmado nas regras da descrição arquivística e sobre ele se diz que, “dentro em breve”, a documentação digitalizada está colocada ao dispor dos utilizadores.

Excel, fruto dos levantamentos, intervenção de conservação preventiva e acondicionamento das unidades de instalação que compõem o seu arquivo definitivo (GREGÓRIO 2010 e 2013).

São igualmente de salientar, com base nas informações da imprensa de 2015, mas também no âmbito de supervisões de estágio ali realizados em 2009 e 2010, as iniciativas levadas a cabo no designado Arquivo do Museu Militar dos Açores. Em 2009 e 2010, sob a orientação do então Tenente-Coronel Manuel António Catarino Rato, no que então se designava Centro de Documentação Militar dos Açores, a autora deste artigo acompanhou intervenções preenchimento de folhas de recolha de dados (FRD's), atribuição de cota e inventário numa base de dados em *Acess*, com o fim de disponibilizar informação aos investigadores. O projeto, então, estava balizado entre 2010 e 2015, tinha objetivos mais ambiciosos, mas, em termos de instrumentos de acesso, desconhecemos os resultados concretos na atualidade. Não obstante, a inauguração de 2015 anunciava que o mesmo iria “passar a estar acessível ao público”<sup>10</sup>, o que prenuncia a continuidade da estratégia.

Não foi exaustivo, de modo nenhum, este levantamento, e apesar dos considerando que iremos tecer adiante sobre outros arquivos. Não obstante, o aqui referido é sintomático de algumas alterações em termos de instrumentos de acesso. O controlo e o acesso à informação parecem estar, cada vez mais, na ordem do dia das instituições visadas. Se as práticas da excelência ainda estão muito longe de se instalar, ora porque nem todas as visadas têm verdadeiros catálogos ou guias completos ou, então, porque estamos longe da adesão de todas as câmaras, misericórdias, paróquias, empresas a esta tendência, não podemos deixar de reconhecer as iniciativas positivas de algumas instituições. Junto de entidades detentoras de arquivos de relevo é de constatar que já se configura uma atitude um pouco diferente, no tocante à produção de “informação sobre a informação/documentação”, para uma melhor gestão e acesso.

---

<sup>10</sup>“Arquivo do Museu Militar dos Açores remodelado após investimento de 300 mil euros”. *Açoriano Oriental*, 19.06.2015. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/arquivo-do-museu-militar-dos-aco-res-remodelado-apos-investimento-de-300-mil-euros>; “Berta Cabral inaugura obra de 300 mil euros no Arquivo Militar dos Açores”. In *Diário da Lagoa*, 20.06.2015. Disponível em <http://diariodalagoa.com/ber-ta-cabral-inaugura-obra-de-300-mil-euros-no-arquivo-militar-dos-aco-res/>.

A terceira questão que nos ocupava no ponto 2, o da conservação dos documentos de arquivo, também está carente ainda de estratégias e iniciativas mais eficazes no terreno, como amiúde se vai constatando. Não obstante, as ações atrás testemunhadas traduzem uma muito lenta, mas progressiva, quer-se crer, mudança de atitudes. O facto da BPARPD ter integrado recentemente uma licenciada em conservação e restauro nos seus quadros (por concurso público, em 2015), bem como as várias iniciativas de formação públicas, muito concorridas, que esta entidade tem promovido neste âmbito, fazem-nos ter alguma esperança. Quando o exemplo vem de serviços com esta responsabilidade, não devemos arreigar-nos no puro ceticismo. Não obstante, as situações mais preocupantes não estão no âmbito dos arquivos regionais/centros de arquivos, dos quais esperamos procedimentos e ações em conformidade com a salvaguarda do nosso património. Por isto, este é um assunto sobre o qual, sob o ponto de vista técnico e prático, ainda pouco se tem feito.

E a conservação dos documentos, em certa medida e parcialmente, também nos pode conduzir ao quarto problema levantado, o da reprodução e disponibilização da informação noutros suportes. Referiram-se, atrás, as iniciativas de digitalização documental perpetradas por várias câmaras, a que podemos juntar a ação das Bibliotecas e Arquivos Regionais e, com elas relacionadas, a do Centro de Conhecimento dos Açores [CCA]. Não há dúvida que o acesso a este tipo de suportes está a crescer, quer em linha, com a informação que nos faculta o CCA, quer nas salas de arquivo públicas, como nos casos relatados dos Arquivos das Câmaras da Ribeira Grande, das Velas e, futuramente, da Biblioteca e Arquivo Municipal de Vila Franca do Campo. O mesmo acontece nos espaços de atendimento, por exemplo, da BPARPD, onde muita documentação é acedida neste formato por questões de conservação dos originais. Não obstante, sobre as normas e práticas seguidas por estes projetos, ao nível da captação dos objetos digitais e nos respetivos planos de conservação, há poucas informações e estes não parecem obedecer a um plano conjunto que importava ser acautelado pelas instituições culturais.

A Universidade dos Açores, no âmbito de projeto que envolve as instituições do ensino superior português (e não só) também tem já disponível, desde 3 de dezembro de 2008, o seu repositório institucional em linha. Aqui são disponibilizadas as dissertações, teses e demais produções científicas dos seus investigadores. O projeto continua em construção e é preciso reforçar a cons-

ciência da importância de uma plataforma como esta na difusão e salvaguarda do conhecimento científico, de acesso livre, mas onde é possível limitar acessos a textos completos por questões que possam ter a ver com a proteção de alguns dados ou até direitos autorais e editoriais. O facto deste repositório se integrar no RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal) e no *Open Aire* (*Open Access Infrastructure for Research in Europe*) – este reunindo atualmente mais de dois mil e oitocentos repositórios institucionais e periódicos em livre acesso –, amplifica o respetivo impacto fazendo, em simultâneo, o enquadramento geral necessário sem tirar a autonomia nem a legitimidade institucional das instituições detentoras/produtoras dos acervos. Por outro lado, nesta instituição há muito a fazer no quadro de outros arquivos que estão à sua guarda, nomeadamente de arquivos adquiridos ou depositados por particulares, no contexto da função de centro de arquivos que a agora designada BAM (Biblioteca, Arquivo e [futuro] Museu) possui formalmente<sup>11</sup>. Mas nenhum investigador, da História mas não só, tem ficado sem acesso à documentação pretendida, apenas por questões de ausência de guias ou catálogos completos.

Por outro lado, o Centro de Conhecimento dos Açores (CCA), projeto que emerge em 2004 no âmbito do Programa Regional de Ações Inovadoras (PRAI-Açores)<sup>12</sup>, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)<sup>13</sup>, tem sido o “portal digital” da divulgação dos acervos culturais regionais, atualmente com o “Arquivo de Imagem dos Açores”, o “Espólio Francisco de Lacerda”, “Os Registos Paroquiais e de Passaportes dos Açores”, o “Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores”, a “Biblioteca: monografias e periódicos”, a “Enciclopédia Açoriana” e os vários inventários e registos do património dos Açores. Já com apreciável documentação digitalizada e bases de dados disponibilizadas, seria de averiguar os recursos humanos e financeiros que lhe estão alocados para cumprir a sua missão, os projetos que continuam a desenvolver ou se projetam para os próximos anos, a forma

---

<sup>11</sup> O respetivo regulamento orgânico foi recentemente publicado em Diário da República, em 31.05.2017. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107110989/details/normal?l=1>.

<sup>12</sup> Como consta da página do CCA: [www.culturacores.azores.gov.pt/cca/](http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca/). Acedido em 16 de junho de 2017.

<sup>13</sup> Sobre este programa consulte-se <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drpfe/texto/Imagem/prai+acores.htm>. Acedido em 16 de junho de 2017.

como se articulam com os serviços regionais de cultura que detêm os recursos por esta via divulgados, que prioridades estão definidas no âmbito dos projetos de digitalização e divulgação da informação, etc., etc. Afinal, nos termos do art.º 35.º da orgânica da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, cuja designação se alterou entretanto para Secretaria Regional da Educação e Cultura<sup>14</sup>, ao CCA compete, entre outros, “facultar ao público o acesso à informação sobre os Açores [...] através dos meios que as novas tecnologias facultam” e, entre esta, também a dos “conteúdos dos registos, inventários, arquivos e documentação relativos à história e cultura dos Açores”.

No tocante ao quinto problema levantado pelos artigos que nos servem de referência, a questão da seleção documental, também se registam alguns desenvolvimentos. Para a avaliação/seleção concretizada no âmbito dos arquivos administrativos – a única que os arquivistas tecnicamente podem conceber no quadro das boas-práticas e das mais atuais teorias, mas que nem sempre é “aquela” a que se pretendem referir os historiadores – deve destacar-se, em primeiro lugar, a publicação do Decreto Legislativo Regional [DLR] n.º 10/2007/A, pelo qual “se definiu, estabeleceu e determinou procedimentos quanto à avaliação e seleção de documentos (artigo 15.º), à conservação permanente de documentos (art.º 16.º), à avaliação documental (artigos 17.º, 18.º e 19.º)” (SOUSA, 2012: 25). É o Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A que operacionaliza o anterior, atribuindo à recém-criada Comissão Coordenadora para os Arquivo Regionais das Região Autónoma dos Açores [CCARAA] a competência de “proceder ao estudo e elaboração de uma tabela geral de seleção e eliminação da documentação produzida pelos serviços públicos”, nos termos da referida legislação (SOUSA, 2012: 36). Esta tabela tomou forma na Portaria n.º 12/2014 de 26 de fevereiro, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, posteriormente revogada pela Portaria n.º 42/2015 de 10 de abril, a qual estabelece os prazos de conservação e os termos da eliminação e da salvaguarda de documentos da Administração Pública Regional<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup>Nos termos das orgânicas dos XI e XII Governos, respetivamente, DRR n.º 12/2014/A de 24 de julho e n.º 9/2016/A de 21 de novembro.

<sup>15</sup>Outra regulamentação que rege vários departamentos públicos nesta matéria, e enquanto não forem publicadas as novas tabelas de seleção, podem identificar-se em Sousa, 2012: p. 7, nt 60.

Concordando-se que esta temática mereceria maior desenvolvimento, por agora apenas se pretende registar que o cumprimento desta avaliação e seleção – que se irá desenvolver e ampliar em futuras tabelas de seleção para cada serviço – constitui competência das entidades produtoras e que todo o processo, da definição legal à prática, continua a não cumprir “um diálogo interdisciplinar” (MENESES, 2001: 727), enquadrando-se num registo administrativo e técnico puro.

Não obstante, há outro tipo de “seleção” que não se deixa também de continuar a fazer, fora de regras técnicas e científicas muito precisas, relacionadas, por exemplo, com a decisão de um Arquivo Regional decidir receber/aceitar, ou não, a entrega de determinado acervo documental privado. A que critérios obedece essa seleção? Quem os define? Teoricamente, técnicos competentes, mas por vezes demasiado assoberbados por problemas de outro teor, como a gestão de um espaço que pode ser limitado ou a carência de recursos para o respetivo tratamento técnico.

Neste sentido, e sem esgotar todas as vertentes do problema, apesar dos sinais de mudança vislumbrados é de manter-se alguma reserva no tocante aos desenvolvimentos concretizados ao nível da avaliação/seleção documental/informacional. E quando se toma por referência a informação nado-digital, produzida diariamente pelas instituições/entidades, públicas e privadas, então aí nos parece que o problema ainda nem foi sequer equacionado.

Já no concernente às questões da falta de condições dos depósitos dos Arquivos Regionais, sexta questão que assinalámos com base nos artigos de referência, ressalte-se que, com a recente inauguração do edifício da agora designada Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (16.09.2016), estão concluídas as três estruturas físicas dos arquivos especializados, centros de arquivos regionais sob tutela da Direção Regional da Cultura. Depois da inauguração da BPARPD, em 2001, também a 23.04.2008 se inaugurava a que se passaria a designar por Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, numa política “de atribuição de patronos ‘a todas as instituições culturais públicas’ com o objetivo de ‘consagrar personalidades açorianas que muito pugnaram pela promoção cultural’ do arquipélago”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Presidente Carlos César, citado pela Lusa no ato de inauguração da referida biblioteca e arquivo. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/cesar-deseja-que-nova-biblioteca-da-horta-tenha-utilizacao-intensiva\\_n165535](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/cesar-deseja-que-nova-biblioteca-da-horta-tenha-utilizacao-intensiva_n165535).

Esta estratégia, oito anos volvidos e já com novos protagonistas, alcançou a anteriormente designada BPARAH e muito se especula se não se virá a reproduzir, com efeitos “retroativos” em relação à inauguração, na congénere de Ponta Delgada. Incorporando, ou não, patronos no respetivo nome, com mais ou menos problemáticas à volta da adaptação e/ou construção de edifícios, ou da respetiva localização, e muitas outras que não iremos aqui elencar, a realidade é que estas entidades públicas têm hoje, no geral, infraestruturas francamente melhoradas e mais dignas. E isto é o que, sob o ponto de vista da salvaguarda e do acesso à informação e à documentação, (que constitui a *matéria-prima* da história), importa verdadeiramente registar.

No tocante ao oitavo problema enunciado na parte 2 deste artigo, dos arquivos das câmaras, das circunscrições eclesiásticas, das misericórdias, das empresas, das famílias, mas também de outros serviços públicos em geral, é de frisar as informações apresentadas mais atrás no respeitante à ação de algumas destas entidades (quanto à produção de instrumentos de pesquisa básicos e na digitalização dos acervos), ação ainda muito insuficiente no conspecto geral, mas com sinais positivos. E sinais positivos particularmente para algumas câmaras e para algumas misericórdias<sup>17</sup>, preocupadas com o tratamento dos seus acervos e com a produção de guias de fundos, apesar de não termos condições de ajuizar todos os aspectos do rigor técnico das iniciativas.

A situação que talvez mais sensibilize a autora deste artigo é a dos arquivos paroquiais e arquivos da Diocese de Angra. Convidada em 2009, por João Soalheiro, então Diretor do Secretariado para os Bens Culturais da Igreja (set. 2007 – nov. 2009), a apresentar um anteprojecto para estes arquivos

---

<sup>17</sup> Não foi aqui referenciada a Misericórdia de Vila Franca do Campo, a qual há já alguns anos tem a sua documentação mais antiga controlada e, em 2010, perspetivava um projeto e um pedido de apoio para intervenção mais aprofunda que acabou por não acontecer. Cf. informação disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B41WYxsshwITZGE1Nzg0NjAtZTA5ZC00YzlhLTNmMjItMzFhYmZzM2I4NmNh/view?ddrp=1&hl=en>. De qualquer modo, o acesso a esta informação parece ter sido permitido pelos seus detentores, como parece comprovar-se pela realização da dissertação de João Luís Andrade Medeiros (2003), *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo: funcionamento e património (das origens a meados do século XVIII)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

(Pro-IAHDA), com o intuito de candidatura a fundos estruturais europeus<sup>18</sup>, canalizados então e entre outros, para a inventariação de bens culturais; renovado, reajustado e reconfigurado em mais três ou quatro versões nos anos seguintes, este foi um projeto que não conseguiu ir avante e que hoje está dependente de contextos muito variados e francamente desfavoráveis a uma tipologia patrimonial como a dos arquivos. Não obstante, a Diocese de Angra tem procurado sensibilizar os seus párocos e as suas estruturas para este tipo de bens, promovendo a respetiva inventariação e salvaguarda, o que já começa a dar os seus primeiros frutos<sup>19</sup>.

Outros casos que importaria fazer aqui menção, e que a autora deste artigo conhece mal em termos técnicos no primeiro caso, mas teve já oportunidade de constatar a competência no exercício das suas atividades, são os dos arquivos da Fábrica de Tabaco Estrela e da EDA<sup>20</sup>. Provavelmente outras empresas se estarão hoje a alinhar por idênticas preocupações. Não obstante, o destaque vai para estas pelo seu pioneirismo e certa “antiguidade” no investimento e nas preocupações com os arquivos. É de crer que os bons exemplos estimulem sempre seguidores.

---

<sup>18</sup> O primeiro anteprojecto, de 2010, muito distante do que foram os seus sucedâneos, está disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B4lWYxsshwITMTBmYzRjOTEtYTBhMC00NDAYLWJhMmYtNDA0MGJkY2ZkYzU4/view?ddrp=1&hl=en>. Este projeto foi apresentado a nível nacional, no âmbito da “I Jornada de Arquivos Diocesanos: estratégias e práticas na gestão da Informação”, Santarém, 7 de dezembro de 2010, estando o texto disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1083/1/PRO-IAHDA-RDGregorio.pdf>. Refira-se, não obstante, que o mesmo tinha antecedentes, com base noutras ideias, contornos e protagonistas, como dá conta José Damião Rodrigues (RODRIGUES, 2001: 742).

<sup>19</sup> Entre outros casos cuja informação vai circulando, a autora deste artigo pode destacar as intervenções parciais, como supervisora e orientadora de estágios da licenciatura de Património Cultural e do Mestrado de Património, Museologia e Desenvolvimento, envolvendo o arquivo paroquial de Nossa Senhora da Estrela (Ribeira Grande), em 2010, concretizada por Sónia MEDEIROS Silva, e envolvendo o arquivo da igreja do Divino Espírito Santo da Maia. Este último, num projeto de mestrado de FERNANDES (2014). Outro projeto idêntico a este último, anterior e que ficou por cumprir, incidia sobre o património documental da igreja matriz de São Miguel Arcanjo, em Vila Franca do Campo.

<sup>20</sup> No último caso, a autora deste artigo, para além de sessões de formação ali realizadas em 2007-2008, supervisionou alguns estágios integrados do Curso de Património Cultural da Universidade dos Açores, entre 2009 e 2011, à semelhança de outras entidades que têm vindo a ser referenciadas neste artigo.



Em torno da questão da falta de enquadramento legal desenvolvido e apropriado à gestão e preservação de arquivos, de certo modo essencial na definição de uma política arquivística da Região, são de destacar vários programas de governo e diplomas com incidência direta nas questões do património arquivístico, entre outros.

Tomando por referência Fátima Soares Sousa, e a sua dissertação *Políticas para a gestão de informação arquivística: os arquivos centrais da administração pública dos Açores*, apenas nos anos de 1996 – num programa de Governo – e em 1998, com a orgânica da DRaC, aparecem explicitadas preocupações desta índole, referindo-se, inclusive e desde já, a necessidade de criação de uma rede regional de arquivos (SOUSA, 2012: 18). O programa de governo de 2000 (VIII Governo Regional) retoma esta última ideia, dá um passo importante no âmbito das propostas nesta área, inclusivamente com a intenção de criar um “órgão coordenador da atividade dos arquivos através do qual se leve a cabo uma revisão da política de arquivo”. É neste mesmo ano publicado o DRR n.º 36/2000/A de 7 de dezembro, atribuindo às Bibliotecas e Arquivos Regionais “a promoção de uma política arquivística e biblioteconómica regional sob as orientações da DRaC”, o que se limitava a ter eco numa alínea das competências da Direção de Serviços do Património Cultural e que se traduzia genericamente na competência de “salvaguarda e valorização do património arquivístico da Região” (SOUSA, 2012: 21-22). Com a publicação do DRR n.º 27/2003/A, de 28 de agosto, à agora chamada Divisão do Património Móvel da DRaC dão-se amplas competências, desde a promoção da referida rede regional de arquivos, às competências de se pronunciar sobre questões de classificação, aquisição e alienação de bens arquivísticos, propor medidas legais de salvaguarda e conservação de arquivos, apoiar a implementação do sistema de gestão de documentos e emitir pareceres sobre projetos de portarias de gestão documental, de avaliação de massas documentais acumuladas e sobre propostas de eliminação documental, entre outras. Em 2005, com o DLR n.º 1/2005/A de 9 de maio, estipula-se que as unidades orgânicas dos serviços de administração direta da RAA têm a atribuição, se esta não estiver atribuída a outrem, de “coordenar as ações referentes à organização de preservação do património e arquivo histórico”, o que confere desde já, aos departamentos regionais, responsabilidades na organização do seu arquivo histórico (SOUSA, 2012: 22). Os anos de 2007 e 2008 vêem surgir o DLR n.º 10/2007/A, de 20 de abril – que estabelece o regime geral dos arqui-

vos e do património arquivístico da RAA[RGAPA] – e o DRR n.º 7/2008/A, de 30 de abril – que regulamenta o referido RGAPA –, alterado pelo DRR n.º 10/2014/A de 15 de julho<sup>21</sup>, definindo-se o chamado “sistema regional de arquivos” do qual fazem parte a então recém-criada Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores [CCARAA], os arquivos da administração regional local, os arquivos da administração pública regional e os arquivos regionais [Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais] (SOUSA, 2012: 23-24). Os últimos diplomas, entre outros, ainda contêm artigos sobre a avaliação e seleção documental, o processo de avaliação, as tabelas de seleção de documentos, a eliminação de documentos e a transferência e substituição de suporte. Por fim, outros diplomas de relevo a emergir, no âmbito patrimonial em geral, móvel e imóvel, e em que se podem integrar os arquivos, são o DLR n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, que em termos gerais define as questões da classificação, inventariação e registo de bens culturais, e o DRR n.º 23/2015/A que define o regime de apoios a conceder aos privados no âmbito da recuperação e conservação do património cultural imóvel e móvel da RAA<sup>22</sup>.

Os últimos anos têm sido, pois, na procura da consolidação de uma política regional de arquivos, por um lado, e na definição da salvaguarda do património móvel, por outro, fecundos em diplomas que lhe confirmam uma estrutura e mecanismos de ação coerentes. Não obstante, algumas aparentes sobreposições de competências no âmbito da definição da política arquivística, mas também na da salvaguarda do património arquivístico (SOUSA, 2012: 24-25) – e que mereceriam aqui um tratamento mais detalhado –, a diferenciação do nível institucional dos vários interlocutores na matéria que, necessariamente, não falam de igual para igual, e a parca definição das articulações e superintendência entre uma comissão como a CCARAA, a DRaC e aos órgãos de governo e serviços com competências no âmbito da modernização

---

<sup>21</sup> Cf. Portal do Governo dos Açores: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ccaraa/textoImagem/Legisla%C3%A7%C3%A3o+conexa+-+Arquivos+e+Patrimonio+Arquivistico.htm>. Disponível em: [http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2014/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+82+de+16+de+Julho+de+2014/Decreto+Regulamentar+Regional+N+10+de+2014\\_A.htm](http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2014/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+82+de+16+de+Julho+de+2014/Decreto+Regulamentar+Regional+N+10+de+2014_A.htm).

<sup>22</sup> Disponíveis no sítio Cultura Açores, Legislação, Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico.

administrativa e da implementação das TIC, entre outros, parecem importantíssimas arestas a limar se o propósito é o de garantir uma verdadeira política integrada de arquivos. Só esta temática seria tema para, pelo menos, mais um outro artigo.

### 3. O FUTURO?

Pudemos até aqui, pois, confirmar alguns desenvolvimentos, paulatinos, nalguns casos “pequenos passos”, ainda sem a uniformidade nem a “universalidade” pretendida no que toca aos resultados concretos que, em prol desenvolvimento da historiografia e particularmente dos estudos de História dos Açores, os construtores do conhecimento histórico pretendem: na produção de instrumentos e mecanismos de acesso célere à informação/documentos, em primeiro lugar (mesmo que estes não sejam produtos definitivos ou não cumpram todos os requisitos normativos da Arquivística); se possível, e cada vez mais, num acesso sem barreiras físicas nem completamente dependente dos horários de funcionamento dos organismos, em segundo lugar; numa política de avaliação, seleção e salvaguarda documental que possa contar com o contributo de várias das partes interessadas, inclusive dos profissionais da *memória*.

Se em relação ao último ponto a situação não está de todo garantida, nem nos termos da legislação, nem das práticas, há passos dados, de relevo, para o atingir dos outros dois desideratos, como tivemos ocasião de referir, particularmente no sentido do acesso à informação através das novas tecnologias (que, por sua vez, poderão confluír em processos de conservação dos originais, claro está). Como vimos, estão já algumas rotas traçadas e projetos existem, uns mais públicos do que outros, uns mais publicitados/impactantes e com suporte político e financeiro consideravelmente distinto dos de outros.

Nesta perspetiva de futuro, porque ainda não existe, e com base nas informações que têm vindo a público, aquele que mais se destaca é, inquestionavelmente, o projeto designado por Autonomia Digital dos Açores. Segundo o vídeo promocional constante do Portal do Governo dos Açores<sup>23</sup>, está ele

---

<sup>23</sup> Cf. <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/principal/homepage.htm>, acedido em 18.06.2017.

integrado no projeto da Casa da Autonomia, assentando em vários vetores. Entre estes, e para os objetivos deste artigo, destacaríamos “a digitalização de fundos para a história dos Açores” e a “agregação de conteúdos de diversas proveniências”. Tudo isto, no quadro do que se designa por “mudança de paradigma da gestão da informação” e da “construção coletiva de bases de conhecimentos por parte de museus, bibliotecas e arquivos”<sup>24</sup>.

Este é, sem dúvida, pelo que podemos avaliar no referido vídeo promocional da futura Casa da Autonomia, e no tocante às questões específicas da gestão e acesso à informação de arquivo, um projeto baseado nas mais modernas conceções e boas-práticas, registando-se uma base teórica e conceptual muito atualizada e virada para o futuro. Por outro lado, também se prefigura como um projeto muito ambicioso, pois para além da construção dos suportes de gestão e difusão informacional, ainda assenta num trabalho coletivo e em rede, envolvendo muitas e variadas instituições públicas, realidade que nunca foi de fácil concretização. Em simultâneo, vem satisfazer necessidades, desejos e objetivos parciais, já de alguns anos, de outras entidades públicas na área da gestão da informação cultural (e não só), nomeadamente bibliotecas e arquivos – como a do desenvolvimento de plataformas de disponibilização e acesso em linha dos acervos –, para as quais foi havendo, na prática, escassos recursos humanos e materiais. Tanto quanto sabemos, é antiga a aspiração das bibliotecas e arquivos regionais associarem imagens aos registos dos respetivos catálogos. O CCA teve até agora por função, entre outros e nos termos que atrás expusemos, disponibilizar os registos paroquiais e de emigração, bem como os periódicos das bibliotecas e arquivos regionais, mas não só. E a verdade é que o fez, com ou sem recursos, e isto apesar das críticas que por vezes se veiculam sem uma avaliação prévia das condições de trabalho e políticas que lhe estiveram e estão subjacentes. Perante este novo projeto, há ainda que esclarecer o que acontece ao CCA enquanto serviço da DRaC a quem cabe “facultar ao público o acesso à informação sobre os Açores [...] através dos meios que as novas tecnologias facultam”.

Por outro lado, o projeto designado por Autonomia Digital dos Açores, associado ao projeto Casa da Autonomia, como dissemos, em rigor técnico

---

<sup>24</sup> Como expressa o vídeo alojado em <https://www.youtube.com/watch?v=bGsjV6Bu18&feature=youtu.be>, acedido em 18.06.2017.

e histórico – e baseando-nos nas já referidas “digitalização de fundos para a história dos Açores”, na “agregação de conteúdos de diversas proveniências” e com base na tal “construção coletiva de bases de conhecimentos por parte de museus bibliotecas e arquivos” – expande inusitadamente o que se expectaria enquadrável na que designaremos “informação sobre a Autonomia” ou, mais especificamente, nos chamados “arquivos da Autonomia” (Governos Cívicos, Juntas Gerais, Junta Regional, Presidência do Governo, Assembleia Legislativa Regional, Ministros da República e outros arquivos públicos, a que poderíamos associar os arquivos dos periódicos, e eventuais arquivos pessoais, de figuras ligadas à afirmação da Autonomia Regional). Esta constatação óbvia, e abertura do universo informacional para todas as fontes da história, da cultura e do conhecimento dos Açores, não só o aproximam das funções que estão atribuídas ao próprio CCA, como conferem ao projeto uma importância transversal, ampla e abrangente, cuja conceção, gestão e coordenação não pode ficar, naturalmente, ao nível de uma “Estrutura de Missão”.

De qualquer modo, o que parece daqui emergir, inquestionavelmente, é que o mundo da desmaterialização e da deslocalização, permitida pelas novas tecnologias de comunicação e informação, se potencializa como a solução para o falhanço do modelo de centralização dos arquivos/informação a nível físico. A “centralização” e o acesso aos arquivos, melhor, à informação, estará hoje cada vez mais na interoperabilidade das bases de dados, nos catálogos integrados, nas potentes ferramentas de pesquisa virtual, nos repositórios e na disponibilização na *World Wide Web*. Este poderá vir a ser, e já está a ser, o novo mundo do acesso da informação, tanto mais que o que hoje em dia está a emergir, em termos informacionais, é sempre nado-digital. Não obstante, o que até agora temos visto concretizar-se, num contexto mais amplo do que o regional (e não esqueçamos que as fontes para a história dos Açores não se restringem aos arquivos da Região), prenuncia ainda mais dispersão por múltiplos sítios e portais, também fruto da crescente “oferta” e do entusiasmo pelas novas ferramentas. A par da muita documentação que nunca será digitalizada (por carência de recursos e outras questões que podem ser invocadas) e que continua à espera de estudiosos, parece certo que se agravará a tradicional impotência de muitos historiadores: como tratar tanta informação disponível, agora em tantos suportes, formatos e multiplicidade de acessos? E voltamos, novamente, a um velho problema de partida, com nova roupagem, cuja resposta estará mais nos métodos, processos e formas de trabalho

(inequivocamente, menos individualistas) do que nas questões do acesso à informação, em si mesmas. Mas este assunto, tal como muito outros, terá de ficar para outra oportunidade.

## CONCLUSÃO

A análise aqui realizada não esgota todas as problemáticas dos arquivos regionais, nem da sua rede, nem sequer da política que se tem vindo a implementar no âmbito destes sistemas da informação nem, muito menos, do papel que os historiadores poderão ou deverão ter neste concernente (entre muitas outras “partes interessadas”). Omitimos também, e intencionalmente, a questão dos recursos humanos qualificados para a realização das tarefas e a sua renovação, pusemos de lado a especificidades e os desafios colocados pelos arquivos audiovisuais e outros problemas que, mesmo se os trabalhos tomados por referência não identificassem, podíamos nós daqui desenvolver com toda a pertinência. Também não fomos tão críticos, nem incisivos sobre situações de sobreposição, mal esclarecidas até ao presente, que nos parecem arredadas, erradamente, das reflexões/discussões, se é que existiu ou está a ser criado um tal ambiente de reflexão.

Este não é, pois, ainda o balanço definitivo sobre a matéria, mas tão somente um ensaio de atualização do que foi concretizado em termos de arquivos, nos últimos quinze anos. O que se constata é que já não nos encontramos no ponto de partida do distante quinquénio de 1997-2001, como não podia deixar de ser. Há evidências de mudanças na forma como se começa a olhar os arquivos e a gestão da informação em geral, e, fruto de tal alteração, vão-se obtendo alguns resultados. Não obstante, ainda estamos bastante longe de termos um projeto inequívoco, congregador e com envolvimento das partes, para os arquivos da RAA. Há ideias, princípios e teorias que começam a nortear, de forma diferenciada e mais proativa, os profissionais e algumas instituições. O próprio projeto de futuro que se constituirá na plataforma Autonomia Digital dos Açores, em parte e com outros objetivos congregados, parecerá atestá-lo. Mesmo assim, a concretização de uma estrutura formal, com legitimidade reconhecida, mas, principalmente, envolvendo todos os *stakeholders*, com capacidade de diálogo e atitude pedagógica suficiente para

coordenar e mobilizar um verdadeiro projeto de articulação, e uma verdadeira “política de arquivos” – integrada numa estratégia mais geral de gestão e difusão da informação –, é que ainda estará bem nas suas primícias.

A autora deste artigo agradece a colaboração dos seguintes arquivos/instituições: Arquivo da Presidência do Governo, Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, Arquivo João Gabriel de Ávila (Velas), arquivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Biblioteca e Arquivo Municipal de Vila Franca do Campo, Arquivo Municipal de Ponta Delgada, arquivo da Câmara Municipal da Lagoa e arquivo da Câmara Municipal da Horta.

## BIBLIOGRAFIA

BELÉM, Vanda Furtado (1997), “Arquivos públicos e privados na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo”. *Documentação e arquivos insulares: atas do seminário internacional*. Centro de Estudos de História do Atlântico: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 43-47.

*BIBLIOTECA Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (1846-2016): 170 anos de serviço público: catálogo da exposição* (2016). Coord. científica de Rute Dias Gregário. Ponta Delgada: SREC: DRAC: BPARPDL.

COSTA, José Pereira da (1997), “Arquivos que futuro?”. *Documentação e arquivos insulares: atas do seminário internacional*. Centro de Estudos de História do Atlântico: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 11-20.

*DOCUMENTAÇÃO e Arquivos Insulares: Atas do Seminário Internacional, Funchal, 1997* (1997). Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico: Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

FERNANDES, Joana Oliveira Madruga (2014), *Igreja do Divino Espírito Santo da Maia (Açores): documentação e património*. Relatório de estágio apresentado à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de mestre em Património, Museologia e desenvolvimento, sob a orientação de Rute Dias Gregário e Susana Goulart Costa. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Texto policopiado.

- GREGÓRIO, Rute Dias (2010), *Salvaguardar para comunicar: Arquivo Histórico da Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2013), *O Arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. Ponta Delgada: CHAM.
- Guias de fundos históricos* (2005). Coord. de Mário Moura; conceção, coordenação técnica e elaboração de texto de Hermano Teodoro e Ana Cristina Moscatel Pereira. Ribeira Grande: Câmara Municipal.
- Guia do Arquivo da Presidência do Governo* (2013). Coord. da Maria de Fátima Soares Sousa; elaboração de Adelaide Maria Almeida Botelho; revisão de Elisabete Paula Ledo Raposo e Maria de Fátima Soares Sousa. S.L.: Secretaria Regional da Presidência do Governo Regional dos Açores. Disponibilizado para este artigo em: <http://www.youpublisher.com/p/1484900-guiaarquivo>.
- LEITE, José Guilherme Reis (2001), “Os arquivos públicos da Região Autónoma dos Açores: uma opinião”. *Arquipélago: História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. V, Ponta Delgada, pp. 759-764.
- MEDEIROS, Pedro Pacheco de (2001), “O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional”. *Arquipélago: História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. V, Ponta Delgada, pp. 743-758.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2001), “As ilhas, os arquivos e a história: o caso dos Açores”. *Arquipélago: História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. V, Ponta Delgada, pp. 723-732.
- NUNES, Lia Azevedo (2012), *Arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande: breve apontamento histórico e guia do fundo*. Pref. de Rute Dias Gregório. Ribeira Grande: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.
- PEREIRA, Ana Cristina Moscatel (2015), *Guia de fundos de arquivo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: BPARPD. Edições A&B-PDL, coord. de Rute Dias Gregório, n.º 1. Disponível em: <http://bibliopdl.viaoceanica.net/acervo/Novidades.aspx?id=12>.
- RIBEIRO, Fernanda (2002), “Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma”. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas*



*do Património*, 1.<sup>a</sup> série, vol. I, pp. 97-110. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>.

ROCHA, Elmiro (1997), “Arquivo da Horta: fundos públicos e privados, organização e informatização”. *Documentação e arquivos insulares: atas do seminário internacional*. Centro de Estudos de História do Atlântico: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 39-42.

RODRIGUES, José Damião (2001), “Problemas da investigação histórica nos Açores: o estado dos arquivos paroquiais”. *Arquipélago: História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. V, Ponta Delgada, pp. 733-742.

SANTOS, Cláudia MEDEIROS (2007), “O despontar dos arquivos nos Açores: a aposta dos municípios de São Miguel”. *Cadernos BAD: Bibliotecas e Arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação*, n.º 9. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/584/422>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio & REAL, Manuel Luís (2001), *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento [1.<sup>a</sup> ed. de 1999].

SOUSA, Maria de Fátima MEDEIROS Soares (2012), *Políticas para a gestão de informação arquivística: os arquivos centrais da administração pública dos Açores*. Dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação Arquivística orientada por Maria Lurdes Rosa e Pedro Manuel Pereira Penteadó. Lisboa: FCSH-UNL. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7823>.

